

REDE DE MEMÓRIAS: PATRIMÔNIO E HISTÓRIA REGIONAL *CHAIN OF MEMORIES: HERITAGE AND REGIONAL HISTORY*

Ironita P. Machado¹

Resumo: O projeto "Rede de Memórias", como subprojeto do Projeto Momento Patrimônio, enfoca o patrimônio material e imaterial do município de Passo Fundo, com base na sua diversidade intrarregional, étnica, social, cultural, entre outras, tendo como principal objetivo a patrimonialização dos elementos culturais das comunidades escolares passo-fundenses. Através desse projeto, buscou-se o entendimento de como os objetos e fazeres cotidianos das diferentes comunidades são apropriados e significados pelos distintos grupos, ou seja, de que forma esses elementos passam a constituir a memória e representação da cultura e da identidade local e regional. Assim, a proposta deste artigo é discutir os referenciais teórico-metodológicos da Rede de Memórias através da capacitação de professores do ensino fundamental, juntamente com a divulgação da produção científica por meio de programas televisivos e radiofônicos, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas junto aos poderes públicos municipais.

Palavras-chave: Rede de memórias. Patrimônio. História regional.

Abstract: The "Memory Network" Project, as a division of the Heritage Moment Project, focuses on both the material and the immaterial heritage of the municipality of Passo Fundo, based on its intra-regional, ethnical, social and cultural diversity, among others, aiming mostly at the patrimonialization of cultural elements of school communities in Passo Fundo. Through this project, we sought to understand how and quotidian objects of different communities are appropriate and meanings by different groups, ie, how these elements come to constitute the memory and representation of culture and local identity and regional. Thus, the proposal of this paper is to discuss the theoretical-methodological frameworks of the Memory Network Project through the

¹ Doutor em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História e graduada em História pela Universidade de Passo Fundo; professora do Curso de Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo; iropm@upf.br.

training of elementary school teachers, along with the dissemination of scientific production by means of radio and television programs and the development of public policies with the municipal public government.

Keywords: Memory network. Heritage. Regional history.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão e as iniciativas em torno da memória, do patrimônio e da história regional não são inéditas. No entanto, a maneira como são concebidas, explicadas e conduzidas é, muitas vezes, equivocada e fragmentada. Os técnicos, políticos, arquitetos, historiadores e universitários tomam para si, isoladamente, a tarefa de pensar os objetos específicos dessa tríade, buscando estratégias ao desenvolvimento local.

A esse respeito, Varine afirma:

Entre esses mundos tão diversos, nenhum contato, nenhuma reflexão, nenhuma interação. Ou muito pouco. O economista não “Vê” o patrimônio, salvo quando este é excepcional e suscetível de produtos derivados com forte valor agregado, como o turismo rentável. O agente do patrimônio não Vê o desenvolvimento econômico senão como um perigo, como uma poluição química ou visual. O trabalhador social fica absorvido por seus deveres de assistência ao mais desfavorecido, que não são nem os atores econômicos e nem as pessoas cultas. (VARINE, 2012, p.18).

O que queremos dizer é que o patrimônio constitui-se em possibilidade de desenvolvimento local e é tarefa de todos os atores locais. O patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, histórico, cultural, artístico ou natural), fornece potencialidade ao desenvolvimento, que não se faz de forma endógena. De acordo com Varine (2012, p.18), “suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio: o solo, a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas”.

No cerne dessas afirmações está o princípio de que o patrimônio só tem sentido e duração quando os diversos grupos constituintes da sociedade sentem-se parte dele, ou seja, a natureza e a cultura são vivas quando pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas se desgastam e morrem quando são apropriadas e codificadas apenas por especialistas externos aos grupos. Por isso, o desenvolvimento local perpassa pela concepção e prática da gestão do patrimônio feita

o mais próximo possível dos atores e dos possuidores desse patrimônio, de modo a garantir sua vivência.

Aqui se inserem instituições especializadas, como a universidade, que tem o papel de sensibilizar, facilitar, educar, pôr em contato e gerir a mediação articulada das várias partes em função do interesse de todos. Nesse ponto, o conceito orientador é o de rede. Do latim *rete*, o termo rede é usado para definir uma estrutura que tem um padrão característico. Existem múltiplos tipos de rede, mas a que nos interessa, nomeadamente, é a rede sociocultural, pelo seu método de conexão (a memória, o patrimônio e a história local) e sua relação funcional (de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, de instituição para instituição). Trata-se, assim, de forma objetiva, de um método capaz de possibilitar a conexão entre as diversas vivências, as representações e os valores referentes ao patrimônio e ao desenvolvimento local, o qual denominamos “Rede de memórias”.

Frente a esses referenciais, destacamos o lugar de onde falamos e das motivações à proposição da “Rede de memórias”. A Universidade de Passo Fundo (UPF) tem se destacado como uma instituição de ensino superior que atenta para as questões contemporâneas, assim como para as demandas da região de sua abrangência. Tal característica deriva da própria missão institucional e da compreensão de que o ambiente acadêmico agrega o ambiente externo que visa modificar, pois se tem como perspectiva a produção e difusão de conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e auxiliem na formação de cidadãos competentes e críticos, aptos a atuarem como agentes de transformação (PASSO FUNDO, 2012, p.10). Correspondendo a essa missão, a Política de Extensão da UPF prima pelo “processo educativo, cultural e científico que permeia e articula as atividades de ensino e pesquisa, de forma transparente e dialogada, para possibilitar transformações entre universidade e comunidade regional” (PASSO FUNDO, 2011, p.10).

Nesse sentido, a Instituição lança-se à tarefa de empreender, de modo mais sistemático e consistente, uma política para a Cultura, a Memória e o Patrimônio, derivada do entendimento de que tais questões são prementes, necessárias e coerentes com a missão, as finalidades, os objetivos institucionais, assim como com seu compromisso e sua responsabilidade social, indicativos da urgência de uma interação ampliada com a comunidade também nessas questões (PASSO FUNDO, 2012). Para tanto, parte-se da concepção de que a cultura deva ser compreendida a partir de três dimensões, conforme proposto pelo Ministério da Cultura (MinC): 1) a dimensão simbólica (relacionada ao imaginário, às expressões artísticas e às práticas culturais); 2) a dimensão cidadã (como direito básico do cidadão e condição indispensável ao

desenvolvimento humano, contemplado na Carta Magna e nas Declarações universais); 3) a dimensão econômica (geradora de crescimento, emprego e renda).

Diante das proposições da referida política e do entendimento de que a História tem por excelência o estudo da memória, lançamo-nos ao desafio de discutir referenciais orientadores que pudessem concretamente criar uma rede de conhecimentos, conectando vivências, necessidades e elementos de identidade entre os diversos grupos socioculturais e instituições locais. Para tais propósitos definimos alguns referenciais teórico-metodológicos, os quais passamos a elucidar.

A memória está sendo entendida como um conjunto de funções psíquicas que fazem intervir na ordenação dos vestígios (informações) e também na releitura desses vestígios em cada situação histórico-social. A memória seria essa “propriedade de conservar certas informações [...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1994, p.419) e que, portanto, produz os elementos de identidade dos grupos humanos, constituindo-se como patrimônio das sociedades.

Interessa-nos, sobretudo, os elementos definidos como memória – individual ou coletiva – que se constitui a partir das experiências vividas, mantendo uma linha de continuidade temporal com o presente através da história. O conceito de memória coletiva desenvolvido por Maurice Halbwachs nos orienta em nossa proposta de estudarmos a memória de um grupo. Para esse autor, toda memória funda-se em identidades de grupo; nossas lembranças vinculam-se a experiências numa vida em grupo – família, vizinhos, fábrica, escola, etc. Todo o social está inscrito na memória individual e vice-versa. A memória é entendida enquanto construção social. Nesse sentido, entendemos que o trabalho com as comunidades de Passo Fundo estimulará este processo de "relembrar em conjunto", fortalecendo os laços entre os indivíduos das comunidades e entre as comunidades do município.

Para Ricoeur, a relação entre a memória individual e coletiva se dá através da narrativa. Construída sobre as experiências vividas, a memória funda-se na linguagem. É a linguagem cotidiana – com todas as suas nuances – que permite aos grupos exteriorizar a memória em forma de narrativa. A linguagem torna-se, assim, a portadora da memória, fortalecida através das narrativas coletivas. Nesse aspecto, entendemos que a memória contada oralmente pelos membros das comunidades adquire um sentido específico, tornando cada membro sujeito de sua própria história.

Memória e narrativa da memória, nesta proposta, relacionam-se diretamente à questão da identidade, entendida como processo transformador da sociedade e dos sujeitos, sendo historicamente construída. Entendemos que a identidade tem um

caráter contínuo e permanente, daí a importância da incorporação da comunidade e da família nos processos educativos, sejam eles culturais ou históricos.

Compreendemos o patrimônio cultural brasileiro como o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, considerados elementos de identidade, que são: formas de expressão; modos de fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, art. 216, 1998). E, a partir dessa compreensão, a Universidade de Passo Fundo tem compromisso, através do curso de História, com a comunidade, atentando para os aspectos culturais e identitários da sua região de abrangência.

Essas questões inserem-se nas propostas atuais de educação descritas nos próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que propõem o estudo da realidade histórica e cultural regional, bem como a utilização de fontes primárias na escola, entre as quais a utilização e visita a arquivos, museus e outros espaços de memória. Nesse sentido, embora a ideia de patrimônio seja bastante difusa, é pertinente lembrar que patrimônio consiste em várias coisas consagradas e que tem grande valor para pessoas, comunidades ou nações, bem como para a humanidade. Dito de outra forma, a ideia de patrimônio nos remete à riqueza construída e transmitida, como legado que influencia o modo de ser e a identidade dos indivíduos e grupos sociais.

Destaca-se, nesse sentido, o papel da universidade e do poder público municipal para a valorização da diversidade cultural, incorporando nas novas gerações o respeito e a tolerância. Da mesma forma, despertar o interesse dos jovens pela história e identidade local não só para que essas histórias sejam conhecidas, mas para que obtenham o reconhecimento da comunidade.

Seguindo nessa linha de raciocínio, as teorias econômicas, em especial as referentes ao território e desenvolvimento, voltam-se à discussão da importância de recorrer à história e interrogá-la, conforme defendia Celso Furtado (Apud. BRANDÃO, 2012) – para compreender a formação espacial brasileira, as heterogeneidades e vulnerabilidades estruturais e o processo que fez do Brasil um país subdesenvolvido. Nesse sentido, Brandão (2012) afirma que o país só sairá dessa condição de malformação estrutural a partir da construção de uma política nacional de desenvolvimento, apontando, ainda, para as limitações das abordagens excessivamente localistas e endogenistas para esse fim. Faz-se necessário reconstruir a escala nacional, elaborando, contudo, políticas públicas e ações transversais nas demais escalas, que deverão ser devidamente articuladas e integradas pelo Estado para a efetivação de um

projeto de desenvolvimento, levando-se em consideração as peculiaridades de cada porção do território brasileiro, a diversidade e as assimetrias existentes entre elas.

Assim, a teoria defendida por Brandão é de uma abordagem transecular do desenvolvimento, que pode ser concretizada, na prática, por meio da consolidação de um novo pacto federativo entre os níveis de governo. Assim, busca-se "articular horizontalmente os atores institucionais de uma mesma região e integrar verticalmente as diferentes escalas político-administrativas" (BRANDÃO, 2012, p.209), de forma que viabilize "modos de pensar e agir capazes de produzir efetivas transformações das estruturas sociais, em todas as escalas" (GOULART, VIEIRA e CARVALHO, 2005, p.70).

A par dessa ideia, podemos interpretar que qualquer desenvolvimento econômico perpassa o conhecimento de sua realidade atual e sua experiência pretérita. Pensar a mobilização produtiva regional é uma tarefa de responsabilidade das Ciências Humanas e Sociais compartilhada com os poderes públicos locais e regionais, uma vez que os sujeitos desse processo são dotados de história e cultura. Dessa forma, o maior desafio das políticas públicas nacionais, regionais e locais de desenvolvimento parece ser, portanto, consolidar a "descentralização coordenada", considerando as múltiplas escalas e evitando a atomização das ações (BACELAR, 2006), pautando-se numa "combinação de relações geográficas verticais e horizontais" (SAQUET, 2007, p.112) para alargar os horizontes de possibilidades dos cidadãos, promover inclusão social, reduzir as desigualdades estruturais internas, ativar as potencialidades da diversidade social, econômica e cultural do território e reduzir o grau de dependência externa do país.

Esses aspectos perpassam as interfaces produtivas do território, a logística e o desenvolvimento local, pois não é mais possível tratar do assunto de forma fragmentada e desarticulada do desenvolvimento social e cultural. Planejar e fazer a gestão do território exige profundo conhecimento sobre a vida local e suas formas, conhecimento sobre esse território e suas culturas, e pressupõe usar esses elementos como mola propulsora do desenvolvimento.

REDE DE MEMÓRIAS: O PATRIMÔNIO COMO RECURSO

A Rede de memórias é subprojeto do Projeto Momento Patrimônio² vinculado ao Centro de Cultura, Memória e Patrimônio da Universidade de Passo Fundo (CCMP-UPF)³, coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e Curso de História Licenciatura. A iniciativa tem por finalidade precípua agregar as ações locais e regionais identificadas pelo objeto de atuação – a cultura, a memória, o patrimônio e a história regional –, bem como analisar criticamente e compreender os processos constitutivos da região do Planalto Médio Rio-grandense. As principais atividades concentram-se na pesquisa e divulgação científica, no vínculo com museus, bibliotecas, arquivos, casas de cultura, associações culturais, centrando-se no patrimônio, na história e na pré-história regional. Essas atividades pressupõem o princípio da inclusão social, histórica, étnico-racial, com base na prática da garantia de igualdade dos direitos e do respeito às diferenças histórico-culturais.

Nesse sentido, o projeto "Rede de Memórias" enfoca o patrimônio material e imaterial do município de Passo Fundo, a partir de sua diversidade intrarregional, étnica, social, cultural, educacional, ocupacional, entre outras, tendo como principal objetivo a patrimonialização dos elementos culturais das comunidades e escolas passo-fundenses. Assim, busca-se entender como os objetos e fazeres cotidianos das diferentes comunidades – festas, comida, fotografias, cartas, causos, religiosidade, música – são apropriadas e significadas pelos diferentes grupos, ou seja, de que forma

² Mesa de debate com o objetivo de conscientizar à comunidade passo-fundense sobre a importância do patrimônio histórico, cultural e ambiental e, também, atingir os poderes públicos municipais (Executivo e Legislativo), as lideranças empresariais e os diversos segmentos intelectuais e de formação educativa profissional, de pesquisa do município de Passo Fundo. Nesse sentido, a proposta constitui-se em planejar, organizar e apresentar programas de rádio e TV mensais para discutir e divulgar temas de Patrimônio Histórico, Cultural e ambiental e propor políticas de reconhecimento, restauração e tombamento de patrimônios da cidade. Os programas são coordenados pelo Curso de História e desenvolvido em parceria com o Curso de Jornalismo, Rádio UPF e UPFTV. Os programas propostos buscam envolver as lideranças acima mencionadas e representantes das diversas áreas de conhecimento/pesquisa da UPF (História, Artes, Arquitetura, Biologia, Geografia, Engenharias, entre outras) para compor mesa de debates. O projeto Momento Patrimônio busca, também, desenvolver uma consciência de embelezamento, limpeza e preservação do espaço público. Responsável: Prof^a. Dr. Ironita P. Machado. In: <http://historiaupf.blogspot.com.br/>

³ Orientados pelos referenciais teórico-metodológicos e pela legislação apresentados neste texto, propomos a criação do Centro de Cultura, Memória e Patrimônio, na expectativa de corresponder à função e à responsabilidade social tanto da Universidade (UPF), quanto do PPGH, bem como dos poderes públicos municipais, estaduais e nacionais, nas suas várias estâncias, na medida em que provoca ações que visam à mudança social a partir da produção e difusão do conhecimento histórico, arqueológico, arquivístico, artístico e cultural das comunidades de Passo Fundo e da região, que, integradas, atribuem sentido à identidade local e regional ao mesmo tempo em que enfatizam a diversidade, valorizando sujeitos e culturas distintas, contribuindo para a mobilização e o desenvolvimento produtivo territorial.

esses elementos passam a constituir a memória e representação da cultura local e regional.

O projeto de reconhecimento e valorização da memória é desenvolvido em parceria com as escolas, possibilitando que os alunos conheçam melhor o lugar onde vivem. Para sua realização, os docentes e discentes do Curso de História, já integrados no projeto maior, atuam junto às diferentes comunidades de Passo Fundo, mobilizando e auxiliando escolas e associações de bairro, para que registrem e produzam sua própria história a partir da memória coletiva da comunidade, não descurando do fato de que essa memória particular está integrada a uma rede de relações sociais e culturais, configurando a memória local e regional.

O trabalho constitui-se em pesquisa de campo de caráter qualitativo. Num primeiro momento realizou-se o mapeamento da região materializada fisicamente nos bairros do município de abrangência da pesquisa e levantamento dos locais a serem visitados para a coleta dos dados. O estudo parte do processo interativo entre comunidade discente e docente da UPF, sob a orientação do Curso de História, professores e alunos da Rede Municipal de Ensino de Passo Fundo⁴.

Neste processo, um dos principais instrumentos utilizados é a história oral, na medida em que nos valeremos dos depoimentos orais dos moradores das diferentes comunidades a fim de conhecer sua própria narrativa sobre a história local. Não queremos aqui compactuar com a ideia generalizada de que a história oral sirva especificamente para contar a história dos menos favorecidos, atribuindo a esse grupo uma teórica incapacidade de produzir sua própria história. Entretanto, esta metodologia significou, de fato, uma maior possibilidade de escrever a história dos excluídos, na medida em que as fontes escritas sobre esses grupos são escassas.

Cientes dos questionamentos que envolvem a história oral, especialmente no que diz respeito a sua carga de subjetividade, analisamos os relatos à luz de referências bibliográficas sobre o contexto em questão, pois concordamos com Janotti (2010) quando ela aponta para a necessidade de recorrer-se a fontes múltiplas, lembrando que o testemunho do depoente não é apenas um relato do que viu e ouviu, mas uma construção de um determinado discurso sobre o fato. Além disso, a autora chama a atenção para a necessidade metodológica de levar-se em consideração os objetivos do entrevistador, nesse caso o historiador, que domina todo um aparato teórico que orienta a entrevista e irá influenciar na construção do discurso.

⁴ Convênio entre Universidade de Passo Fundo através do Curso de História e PPGH e a Secretaria Municipal de Ensino de Passo Fundo/PMPF, com projeto de formação continuada de professores de história, geografia, filosofia e 4ºs anos, 2013-2014.

A história oral liga-se diretamente à questão da memória. Aqui, nos interessa a elaboração da memória coletiva do grupo, que fundamenta sua identidade. Nesse sentido, o conjunto de depoimentos e seu significado são entendidos na medida em que se referem à mesma realidade, ou seja, uma realidade comungada por todo o grupo social, adquirindo, dessa forma, um significado coletivo. Entendemos que a articulação entre as narrativas individuais nos possibilita vislumbrar a perspectiva histórica do grupo, isto é, um mesmo olhar do presente sobre o passado, revelando reflexões sobre si e a história do grupo, enfatizando o caráter reflexivo dos processos de memória, que nos remete à ideia de identidade. As histórias de vida acabam por criar uma identidade entre as pessoas, na medida em que partilham diferentes estratégias e saberes diante de uma mesma realidade. Nesse sentido nos apoiamos no conceito de memória coletiva de Halbwachs (2004) que se refere ao caráter social da memória partilhada entre os indivíduos do grupo. Nessa perspectiva, nos valeremos, ainda, de fontes iconográficas, objetos, documentos, plantas, etc.

Quanto aos procedimentos metodológicos específicos, seguimos as seguintes etapas: num primeiro momento procederam-se encontros entre os pesquisadores, professores-pesquisadores da Rede Municipal de Ensino de Passo Fundo indicados pelas escolas (professores de História, Geografia e Filosofia) e representantes das associações de bairro, dando início ao conhecimento e planejamento das ações a serem desenvolvidas. Concomitantemente desenvolveram-se oficinas e debates com os alunos das escolas enfocando a temática do patrimônio cultural e instigando-os a pensar sobre a história local (segundo semestre de 2013). Objetiva-se incluir a temática no programa regular de cada disciplina de forma interdisciplinar; a seguir, cada escola, em conjunto com o representante da associação do bairro em que está localizada, será responsável pela elaboração de um projeto sobre o patrimônio local (primeiro semestre de 2014). O tema a ser pesquisado será escolhido pela comunidade escolar e, concluída a pesquisa, segue-se a fase de divulgação e socialização da produção deste conhecimento. Em 2014, esta etapa se realizará de três formas: a) exposição do material pesquisado; b) divulgação do projeto, pesquisa e produção do programa "Momento Patrimônio", em parceria com a UPF TV (4ª temporada); c) Integração do conhecimento produzido e elaboração de recursos didáticos.

Entendemos que o trabalho nesta perspectiva constitui-se em estratégia para valorização da autoestima dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento histórico da região, na medida em que passam a perceber-se como sujeitos sociais no momento em que tem suas versões sobre os fatos contadas nos diferentes registros de memórias, valorizadas. Esses registros tornam-se "lugares de memória" ou "suportes de memória", recorrendo à definição de Pierre Nora (1993). Para o autor esses são locais

materiais ou imateriais onde se fixam as memórias coletivas, onde se cruzam memórias pessoais, da família e da comunidade. Eles contribuem para um “processo de *revivenciamento*, ou de *reconhecimento*, das experiências coletivas, que têm o poder de servir como substância aglutinante entre os membros do grupo, garantindo-lhes o sentimento de *pertença* e de *identidade*, a consciência de si mesmo e dos outros que compartilham essas vivências” (HORTA, 2008, p.108).

Visando uma aproximação com estas comunidades, propomos o projeto Rede de Memórias, a fim de conhecer estas diferentes realidades e experiências que constituem a memória local, rompendo com o distanciamento entre a memória popular produzida nas comunidades e a oficial ligada a instituições. Ao propor tal (sub)projeto, partimos do entendimento de que o trabalho de registro, organização e divulgação destas memórias deve ter como objetivo a mudança social e, nesse sentido, deve promover novas formas de encarar o patrimônio material e imaterial, constituído por esses registros. Para tal, faz-se necessário instrumentalizar os educadores para que sensibilizem seus alunos e a comunidade para a valorização deste material, uma vez que a escola é o lócus por excelência onde se deve trabalhar a valorização das diferentes práticas culturais.

É através do processo educativo que poderemos fortalecer e mobilizar a comunidade para que compreendam o significado de suas práticas culturais para além das datas comemorativas, que as percebam como elementos constituidores de sua identidade tanto individual quanto coletiva. Isso por que esses dois elementos estão imbricados: tanto a memória coletiva está inscrita na memória individual, quanto essa tem suas raízes na sociedade.

O projeto proposto, também está em conformidade com o programa "pontos de memória" do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que objetiva promover a valorização da memória social através de iniciativas de recuperação da memória popular, promovendo um processo de diálogo e interação com diferentes grupos, os quais elegem os aspectos do passado que querem rememorar, conforme seus interesses e processos identitários, concebendo as instituições educacionais, museais e culturais como agentes de mudança social.

Memória e narrativa da memória, neste trabalho, relacionam-se diretamente à questão da educação, que é entendida como processo transformador da sociedade e dos sujeitos, sendo historicamente condicionada. Entendemos que a educação não se esgota na escola, pois tem um caráter contínuo e permanente, o que justifica a importância da incorporação da comunidade e da família nos processos educativos. É nesse sentido que a educação deve ter como base a memória, o patrimônio, enquanto herança cultural dos indivíduos em determinado tempo e espaço.

Destaca-se, nesse sentido, o papel da escola e dos professores na valorização da diversidade cultural, inculcando nas novas gerações o respeito e a tolerância. Da mesma forma, despertar o interesse dos jovens pela história e identidade local não só para que essas histórias sejam conhecidas, mas para que obtenham o reconhecimento da comunidade. Nunca é demais retomar o discurso *freiriano* da interação entre a educação básica e os contextos culturais a fim de diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos.

Neste trabalho, a opção está centrada na Metodologia da Educação Patrimonial como possibilidade de dar voz e vez às comunidades e, em especial, aos alunos de indagar sobre sua identidade, sobre seu espaço de convívio, suas relações socioculturais, ou seja, sobre a sua memória individual, familiar e social. Assim, revisitaremos algumas definições básicas referentes ao patrimônio e à história local como suporte para as proposições metodológicas que se seguirão na perspectiva da Educação Patrimonial.

Nas palavras de Kersten (2000, p.32-3), o termo patrimônio histórico teve por base o conceito de monumento histórico, hoje já ampliado, gestado na Europa a partir da segunda metade do século XX, de onde se difundiu progressivamente. A Revolução Industrial emprestou a esse conceito uma abrangência universal. O processo industrial dinâmico e progressivo tornou inevitável o cotidiano e as passagens de convívio das sociedades e, assim, impulsionou a necessidade de guardar o passado que se desfazia aceleradamente. Daí a proteção do patrimônio histórico. Essa expressão vai reviver, no presente, elementos de identificação do passado. Patrimônio histórico como categoria e prática político-educacional viabiliza o diálogo entre diferentes culturas, sejam elas locais ou globais, e supõe que, apesar de profundas divergências, possam estabelecer parâmetros e critérios comuns, bem como o reconhecimento e o respeito às pluralidades socioculturais, tanto os elementos pertencentes às sociedades e às culturas particulares quanto os da humanidade como herança comum.

Assim, os elementos básicos de uma metodologia de Educação Patrimonial são os objetos, saberes e fazeres socialmente construídos pelas experiências vividas pelas comunidades ao longo do tempo e a sua leitura interpretativa e simbólica, pois só se preserva o que se conhece, reconhece e remete às pessoas. Constitui-se num processo contínuo que sensibiliza os indivíduos a uma nova leitura de mundo e de sua história, como diz Horta:

Um texto que exprime, revela, manifesta este 'patrimônio', e que nos permite perceber o perfil, a configuração, a identidade deste grupo. A inserção do indivíduo no grupo, e no processo cultural que perpassa e caracteriza este grupo depende de sua capacidade, ou de sua 'habilitação' para 'ler' e 'compreender' este 'texto cultural' no qual está enredado, mesmo sem o saber. A inserção ativa e consciente deste indivíduo ou grupo a que pertence depende assim das condições de sua 'alfabetização' cultural, no domínio dos códigos, das linguagens, dos conceitos, significados e sistemas sociais que regulam a vida cotidiana. (HORTA, 2000, p.17).

Frente a essa perspectiva, é necessário remeter ao problema de compreensão equivocada de que a educação patrimonial, da mesma forma que a História Local, fica deslocada dos conteúdos históricos "programáticos", ou seja, do currículo formal proposto pelas instituições de ensino, uma vez que frequentemente se coloca uma oposição entre ensinar a história local, a nacional e a história universal. Da mesma forma, o estudo do patrimônio histórico, cultural e artístico local e regional é concebido como conteúdos distantes e inviáveis metodologicamente de articulação com a História dita nacional ou mundial. A pergunta que se faz é: o que é história local nacional e universal?

Não pretendemos abrir a discussão teórica sobre a questão, apenas indicar que esta oposição entre ensinar a história local, a nacional e a história universal pode ser vencida sob bases metodológicas da Educação patrimonial, demonstrando-se que é uma questão de decisão curricular. Nas palavras de Romero:

A contraposição entre o local e o universal, o próximo e o longínquo, parece-me falsa do ponto de vista científico e contraproducente em termos dos objetivos educacionais propostos. Nosso objetivo, como docentes que têm a intenção de formar cidadãos de nossa nação e pessoas capazes de entender o mundo em que vivem, deveria ser fazer com que todos compreendessem o processo da História do nosso país, incluindo os três marcos sucessivos que lhe dão sentido: o latino-americano, o ocidental e o universal. Essa afirmação reconhece que o centro de preocupação deve estar na compreensão de nossa própria realidade – recortada nos marcos do estado e da nação – não é compreensível em si mesmo. (ROMERO, Buenos Aires S/D, p.66).

Se a história nacional e a universal representam um todo, a história local e regional desenha as particularidades, o singular, o próximo, o subjetivo de homens espacialmente situados. A história local ganha importância pela abordagem da história social, preocupada em recuperar a história das sociedades como um todo, a história das pessoas comuns.

É necessário compreender que a história local e regional não é autônoma na sua constituição, ou seja, é importante considerar que uma realidade local não contém em si mesma, a capacidade de explicar-se, pois a constituição histórica e as problemáticas de sua processualidade cultural, econômica, política e social como localidade são, também, explicáveis pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Assim, é necessário lembrar-se de que qualquer localidade e os sujeitos a ela pertencentes, são identificados nas particularidades e nas generalidades do mundo globalizado. Portanto, o processo histórico ensinado deve viabilizar a construção de identidade com base em marcos de referência relacionais e comparativos, que devem ser contextualizados e compreendidos como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial.

Dessa forma, a Educação Patrimonial constitui-se em uma metodologia eficaz ao estudo do local e às devidas correlações. A pesquisa e o estudo do patrimônio histórico, cultural e artístico, em suas diferentes classificações (monumentos, estatuária, edificações, toponímia, festas e ritos), na educação básica, podem contribuir para a conscientização do valor da memória local, bem como enriquecer o conteúdo em sala de aula. O patrimônio pode constituir-se em possibilidade de elaborar eixos históricos da história local e potencializador de articulações da parte com o todo histórico, reconhecendo suas particularidades. O uso dessa estratégia no trabalho pedagógico é uma maneira para articular os temas trabalhados em sala de aula através das comparações e relações históricas entre a história local e regional com a história nacional e a mundial.

O ponto inicial para a significação das opções metodológicas ao ensino de história na transposição didática é responder à pergunta: por que o ensino de história? A resposta e justificativa devem ser buscadas na história-experiência. É dessa busca e de sua fundamentação teórica que resultarão os princípios e objetivos do ensino de história, ou seja, do currículo. E, em segundo lugar, é daí que advirá a definição do conhecimento histórico para a investigação e o estudo, para, só então, demarcar a trajetória da situação didática.

PARA NÃO FINALIZAR

Por fim, resta-nos dizer que a caminhada da “Rede de Memórias” ainda é incipiente, mas fundamentada como qualquer método. Um método em construção, uma experiência interativa capaz de possibilitar a conexão entre as diversas vivências, representações e valores referentes ao patrimônio, à história e ao desenvolvimento local. Dessa forma, o tracejar da caminhada nos dará os elementos necessários ao

entrecruzamento da empiria e da teoria no entendimento de como os objetos e fazeres cotidianos das diferentes comunidades são apropriados e significados pelos diferentes grupos, ou seja, de que forma esses elementos passam a constituir a memória e representação da cultura e da identidade local e regional.

A proposta deste artigo, de discutir os referenciais teórico-metodológicos da Rede de Memórias através da capacitação de professores do ensino fundamental, como etapa inicial do método proposto, provisoriamente se cumpre. A “Rede de memórias” como método está aberto à contínua análise e aos redimensionamentos indicados pela experiência de sua vivência.

REFERÊNCIAS

- BACELAR, Tânia. Desenvolvimento regional: a descentralização valorizaria a diversidade. In: FLEURY, S. (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil & Espanha. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- BESSEGATTO, Mauri Luiz. **O patrimônio em sala de aula**: fragmentos de ações educativas. 2. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2004.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.
- BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- _____. Lei nº 12.343 - Plano Nacional de Cultura, de 02 de dezembro de 2010.
- FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo M. F.; CARVALHO, Cristina A. **Universidades e desenvolvimento local**: uma abordagem institucional. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HORTA, M. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

_____. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. In: **Revista Patrimônio**. Museus. Iphan. N31, 2005 (pp. 220-233).

_____. Os Lugares da memória. In: COSTA e SILVA, René Marc (Org.). Cultura popular e educação: salto para o futuro/TV/Escola/SEED/MEC. Brasília, 2008.

JANOTTI, Maria de Lurdes M. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan.-jun.2010.

KERSTEN, Márcia S. A. **Os rituais de tombamento e a escrita da história**: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

MACHADO, Ironita P.; SILVA, Adriana F. A cidade na história e a história na cidade. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo, sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MACHADO, Ironita P.; ZANOTTO, Gizele. (Org.). **Momento Patrimônio**: Passo Fundo: Berthier, 2012.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer; SOARES, Fernanda Codevilla (Coord.) **Educação patrimonial**: perspectivas. Santa Maria: UFSM, 2005.

MinC – **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. **Passo Fundo**: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

MONIÉ, Frédéric; SILVA Geraldo. (Org.). **A mobilização produtiva dos territórios**: instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PARK, Margareth Brandini. **Formação de educadores**. Memória, patrimônio e Meio Ambiente. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

PASSO FUNDO. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UPF (2012-2016). Passo Fundo: UPF, 2012.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. In.

http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia.

Acessado em 16/09/2013.

ROMERO, I. A. **Volver a la Historia** _ su enseñanza em el tecer ciclo da E. G. B. Buenos Aires, Aique, 66.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PASSO FUNDO. Política de Extensão e de Assuntos Comunitários (PEAC). Passo Fundo: UPF. 2011.

PASSO FUNDO. Programa Permanente de Avaliação Institucional (PPAI). Passo Fundo: UPF.

PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA. In.: <http://www.museus.gov.br/programa-pontos-de-memoria/>. Acessado em 19/09/2013.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Usos de memória**. Passo Fundo: UPF, 2002.

_____. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDIUCS, 2004.

VARINE, Huguesd de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.